Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO
2020

1 - Introdução

A Quercia III Mediação de Seguros Lda, com sede social na Rua João Martins Viana, Nº 153 4900-476 Viana do Castelo, com um capital social de 20.000.00 €, tem como atividade principal mediação de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020.

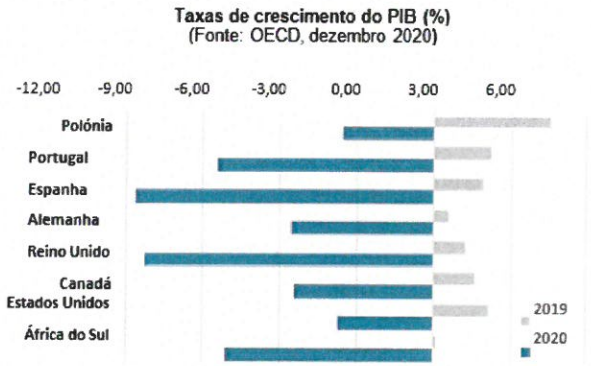
O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Quercia III Mediação de Seguros Lda, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Sintese Global da Conjuntura

Em 2020, a atividade económica em Portugal e no mundo foi profundamente afetada pela propagação do vírus, pelas medidas de contenção e pelo impacto sobre o comportamento dos agentes económicos. As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade. A resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafectação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.No entanto, é expectável uma recuperação em 2022, com o crescimento estimada do PIB global 3,7%, essencialmente suportada pelo consumo privado de curto prazo. Estas estimativas têm um elevado nível de incerteza, pois dependem do sucesso na contenção de novos surtos do vírus, dos progressos no processo de vacinação e de medidas de apoio à procura.

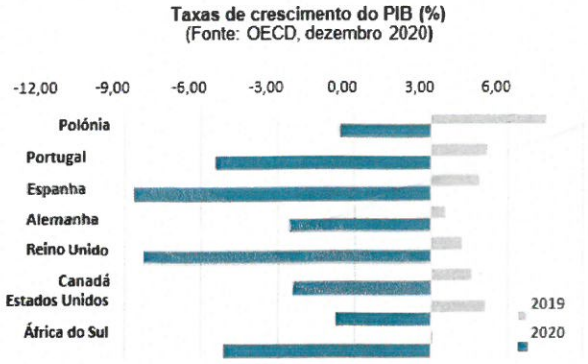
A contração económica em 2020 foi também registada na Zona Euro, com uma redução esperada do PIB de -7,5% (cerca de +1,3% em 2019). Num base trimestral, o crescimento económico foi desigual ao longo de 2020, com um segundo trimestre particularmente afetado pelos lockdowns para contenção da pandemia, seguido de um terceiro trimestre marcado por uma recuperação material com as medidas de contenção a

serem reduzidas, e por fim um quarto trimestre afetado novamente por novas medidas de confinamento a serem aplicadas na generalidade dos países. O mercado de trabalho está sobre pressão e a tendência de redução da taxa de desemprego foi interrompida em 2020 (um aumento de cerca de 0,6 p.p. quando comparada com 2019, apesar das medidas significativas dos governos de apoio ao emprego). Os níveis de consumo privado e investimento foram afetados pela incerteza e pela deterioração da confiança do consumidor. O setor do turismo foi particular e severamente afetado pela pandemia Covid-19. O crescimento de preços no consumidor reduziu de 1,2% em 2019 para 0,3% em 2020, sobretudo devido aos preços da energia, mas também devido aos preços dos serviços. No entanto, no comércio externo a Zona Euro registou novamente um excedente na balança corrente e as condições de acesso ao crédito mantiveram-se favoráveis (as taxas de juro de curto prazo para a Zona Euro continuam negativas). Em 2021 e 2022, é expectável uma recuperação na Zona Euro, com taxas de crescimento estimadas do PIB de 3,6% e 3,3%, respetivamente. É expectável que o acordo comercial e de cooperação (TCA3) formalizado, em dezembro de 2020, entre a Comissão Europeia e o Reino Unido, compense parcialmente os efeitos negativos da saída do Reino Unido da União Europeia.



A contração económica em 2020 foi também registada na Zona Euro, com uma redução esperada do PIB de -7,5% (cerca de +1,3% em 2019). Num base trimestral, o crescimento económico foi desigual ao longo de 2020, com um segundo trimestre particularmente afetado pelos lockdowns para contenção da pandemia, seguido de um terceiro trimestre marcado por uma recuperação material com as medidas de contenção a serem reduzidas, e por fim um quarto trimestre afetado novamente por novas medidas de confinamento a serem aplicadas na generalidade dos países. O mercado de trabalho está sobre pressão e a tendência de redução da taxa de desemprego foi interrompida em 2020 (um aumento de cerca de 0,6 p.p. quando comparada com 2019, apesar das medidas significativas dos governos de apoio ao emprego). Os níveis de consumo privado e investimento foram afetados pela incerteza e pela deterioração da confiança do consumidor. O setor do turismo foi particular e severamente afetado pela pandemia Covid-19. O crescimento de preços no consumidor reduziu de 1,2% em 2019 para 0,3% em 2020, sobretudo devido aos preços da energia, mas também devido aos preços dos serviços. No entanto, no comércio externo a Zona Euro registou novamente um excedente na balança corrente e as condições de acesso ao crédito mantiveram-se favoráveis (as taxas de juro de curto prazo para a Zona Euro continuam negativas). Em 2021 e 2022, é expectável uma recuperação na Zona Euro, com taxas de crescimento estimadas do PIB de 3,6% e 3,3%, respetivamente. É expectável que o acordo comercial e de cooperação (TCA3) formalizado, em

dezembro de 2020, entre a Comissão Europeia e o Reino Unido, compense parcialmente os efeitos negativos da saída do Reino Unido da União Europeia.

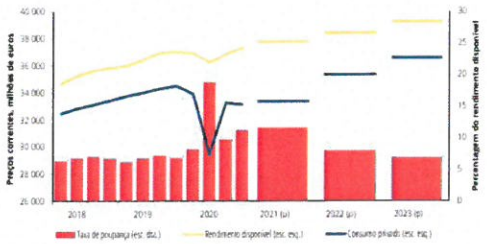


Em Portugal, apesar das medidas de apoio criadas pelos governos, a redução contínua, durante os últimos três anos das taxas de desemprego foi revertida em 2020, com um aumento de cerca de 1,7 p.p. e de 0.9 p.p. em Portugal, o que contribuiu para uma redução dos níveis de consumo privado e investimentos. A variação dos preços no consumidor foi negativa em 2020 (-0,01% em Portugal), afetada pela redução significativa da confiança dos consumidores e pela pressão generalizada de preços, incluindo a redução do preço do petróleo. No comércio externo, Portugal registou um défice na balança corrente pelo segundo ano consecutivo.

Gráfico I.3.4 • Evolução do emprego | Índice, 2019 T4 = 100

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) - projetado. No período de projeção é apresentado o valor médio anual. Os serviços mais afetados pela pandemia incluem o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, transportes e armazenagem, alojamento e restauração, atividades artísticas, de espetáculos e recreativas e outros serviços (ramos de atividade G-I e R-U).

Gráfico I.3.2 • Evolução do rendimento disponível, do consumo privado e da taxa de poupança



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: O rendimento disponível é ajustado pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões. No quarto trimestre de 2020, os valores apresentados para o rendimento disponível e para a taxa de poupança são uma estimativa. No período de projeção é apresentado o valor médio anual.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 as Serviços Prestados foram 1.040.328,72€, os subsídios a exploração no valor de 2.102,71 € que somando à rúbrica, Outros Rendimentos obtidos, 68.955,01 €, perfaz um montante total de receitas na ordem dos 1.112.386,00 €. Comparativamente a 2019 as Serviços Prestados foram 915.141,67 €, €, os subsídios a exploração no valor de 3.476,24€ e Outros Rendimentos foram 46.130,87€, dando assim um montante total de receitas de 964.748,78€.

Relativamente à posição financeira da empresa, a mesma poderá ser vista de forma detalhada através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	482.627,99€	78 %	402.858.22€	78 %
Ativo corrente	135.767,89€	22 %	111.200,64€	22 %
Total ativo	**618.395,88€**		**514.058,86€**	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	400.889,00€	64 %	219.283,37€	43 %
Passivo não corrente	77.387,11€	13 %	94.129,05€	18 %
Passivo corrente	140.119,77€	23 %	200.646,34€	39 %
Total Capital Próprio e Passivo	**618.395,88€**		**514.058,86€**	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Quercia III Mediação de Seguros Lda, no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 181.605,53€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO 2020	**181.605,53€**

Que os mesmos transitem para resultados transitados no valor de 181.605,53€

5 - Expetativas Futuras

5.1. Perspetivas para 2021

A evolução da economia portuguesa ao longo do horizonte de projeção permanece rodeada de incerteza. Ao contrário de outros períodos, a maior incerteza concentra-se no curto prazo e decorre da incerteza quanto à evolução da pandemia e do processo de vacinação. A médio prazo será sobretudo a reação endógena dos agentes económicos, em particular as alterações no comportamento das famílias e a resiliência das empresas, que induz incerteza adicional ao exercício.

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

Avaliação de impactos comerciais

O ano de 2021 iniciou com muita contenção por parte das empresas. De acordo com as perspetivas da empresa a tendência será o crescimento face ao ano anterior.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência.

Dando cumprimento ao artigo 210° do Código dos regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social aprovado pela Lei n.° 110/2009, de 16 de setembro, com a redação dada pela Lei n.° 119/2009, de 30 de dezembro e pela Lei n.° 64-B/2011, de 30 de dezembro, a Administração informa que no final de 2020 a Quercia III Mediação de Seguros Lda,., não apresenta dívidas à Segurança Social.

Nos termos do artigo 397° do CSC, não existiram transações ao longo do ano 2020 com o administrador.

Em cumprimento do disposto no art.°. 66° do código das Sociedades Comerciais, nas suas alíneas b) e c) é de referir a inexistência de quaisquer factos que mereçam registo.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento da nossa atividade, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo.

Viana do Castelo, 28 de abril de 2021

A Gerência

Entidade: Quercia III, Mediação de Seguros, Lda

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)

PERÍODO FINDO EM REGULARIZAÇÃO DE 2020

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.13.2020	31.13.2019
Vendas e serviços prestados		1 040 328,72	915 141,67
Subsídios à exploração		2 102,71	3 476,24
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-550 338,62	-545 676,59
Gastos com o pessoal		-273 239,40	-273 343,37
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		68 955,01	57 409,42
Outros gastos		-8 741,80	-3 279,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		279 066,62	153 727,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-50 453,94	-62 247,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		228 612,68	91 480,36
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	352,70
Resultado antes de impostos		228 612,68	91 127,66
Imposto sobre o rendimento do período		47 007,15	23 460,62
Resultado líquido do período		181 605,53	67 667,04

CC

Liliana Fonte

Entidade: Quercia III, Mediação de Seguros, Lda

Balanço em dez-20 (modelo reduzido) Moeda: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31.15.2020	DATAS 31.15.2019
Ativo não			
Ativos fixos tangíveis		57 979,57	115 965,42
Ativos intangíveis		68 260,67	94 143,11
Investimentos financeiros		356 387,75	192 749,70
Créditos e outros ativos não correntes		0,00	0,00
		482 627,99	402 858,22
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		74 500,00	24 506,60
Estado e outros entes públicos		0,00	1 268,12
Capital subscrito e não realizado		0,00	0,00
Outros créditos a receber		0,00	1 150,81
Diferimentos		455,98	2 713,43
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		60 811,91	81 561,68
		135 767,89	111 200,64
Total do ativo		618 395,88	514 058,86
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito e não realizado		20 000,00	20 000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		9 310,90	9 310,90
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		189 972,57	122 305,53
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		181 605,53	67 667,04
Total do capital próprio		400 889,00	219 283,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	19 569,82
Outras dívidas a pagar		77 387,11	74 559,23
		77 387,11	94 129,05
Passivo corrente			
Fornecedores		90 051,52	171 399,08
Estado e outros entes públicos		37 692,43	17 440,11
Financiamentos obtidos		564,24	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		11 811,58	11 807,15
		140 119,77	200 646,34
Total do passivo		217 506,88	294 775,39
Total do capital próprio e do passivo		618 395,88	514 058,86

ee,

Liliana Fonte

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

QUERCIA III MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA.

31-12-2020

1. Identificação da entidade:

Designação: **QUERCIA III MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA**

Sede Social: Rua João Martins Viana, n.º 153 | 4900-746 Viana do Castelo

Data da Constituição: 28 de Junho de 2006

Capital Social: 20 000.00 euros

N.º Contribuinte: 506 057 852

Objeto Social: Mediação de Seguros

C.A.E.: 66220 – R3

A entidade não faz parte de nenhum grupo económico, nem integra qualquer Grupo, pelo que as suas operações e transações são completamente autónomas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza e o anexo, foram aprovadas pela gerência, no dia 28 de Abril de 2021, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o principio da continuidade e com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substancia sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2 – Derrogação das disposições do SNC

Ao longo do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras, não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4. Principais políticas contabilísticas:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:
As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade do negócio desenvolvido pela sociedade, de acordo com o principio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras)

4.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado (se aplicável) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.
Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o cativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, a partir da data em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

Dado a gerência não possuir uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis.
As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros activos fixos tangíveis	12,50%

Os encargos com reparação e manutenção são registados como gastos do exercício, à medida que vão sendo incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos respetivos ativos principais.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do cativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

4.1.2. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis são um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados do quais se espera obter um benefício económico futuro que não tem substância física, mas que seja identificável.

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas
Ativos Fixos Intangíveis	10.00%

4.1.3. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações financeiras:
Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.
As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

4.1.4. Especialização dos exercícios

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

4.1.5. Instrumentos financeiros

i) Clientes e Outras contas a receber

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

-a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

-se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;

-se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.
Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

ii) Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Empréstimos e outras contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo custo.

4.1.6. Benefícios a curto prazo de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados são registados como gasto na rubrica "Gastos com o pessoal" aquando da prestação de serviço pelo empregado.

No caso da participação nos lucros e gratificações, os gastos são reconhecidos quando e, só quando:

i) Exista a obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos, em consequência de acontecimentos passados e;
ii) Possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação

4.1.7. Rédito

O rédito proveniente associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado.
O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
iii) A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
iv) Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

4.1.8. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

4.1.9. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

4.1.10. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

4.1.11. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.
Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.1.12. Julgamentos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.1.13. Eventos subsequentes – Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Como é do conhecimento geral, o Coronavírus 2019-nCoV (atualmente designado SARS-CoV-2), detetado inicialmente no final de 2019, em doentes relacionados com um mercado de peixe na cidade de Wuhan (Província de Hubei, China), transformou-se numa ameaça global, sendo declarado, no início de 2020, pela OMS, como pandemia. O combate a este vírus, causador da doença, denominada COVID-19 (Coronavirus Infectious Disease 2019), tem passado por políticas de confinamento social severas, tendo vários países, incluindo Portugal, declarado o estado de emergência.
Não é possível antever um término para a pandemia, nem qual a sua evolução à escala mundial, no entanto, tendo já sido iniciado o plano de vacinação, podemos estar no caminho certo para ajudar a controlar a pandemia e reduzir os seus efeitos.

Apesar de todos os esforços é provável que a pandemia continue a ter repercussões sobre a atividade da sociedade durante o ano de 2021, não sendo mensurável, nem previsível o seu impacto.

5. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2020			2019		
	Disponível para uso	Indisponíveis	Total	Disponível para uso	Indisponíveis	Total
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Numerário	15,32 €	0,00 €	15,32 €	61,09 €	0,00 €	61,09 €
Subtotal	15,32 €	0,00 €	15,32 €	61,09 €	0,00 €	61,09 €
Depósitos bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem	60 796,59 €	0,00 €	60 796,59 €	81 500,68 €	0,00 €	81 500,68 €
Outros depósitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	60 796,59 €	0,00 €	60 796,59 €	81 500,68 €	0,00 €	81 500,68 €
Outros equivalentes de caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	60 811,91 €		60 811,91 €	81 561,77 €		81 561,77 €

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros:

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis e Ativos fixos Intangíveis:

Os movimentos nesta rubrica durante o ano de 2020 foram os seguintes:

Classe de activos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Out.ativos fixos tangíveis	Outros ativos intangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado		13 363,88 €	59 727,54 €	92 500,00 €	47 325,98 €	8 950,25 €	258 824,32 €
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	0,00 €	-267,28 €	-41 083,25 €	-23 125,00 €	-32 969,52 €	-8 457,18 €	-164 681,22 €
Período	Aquisições	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 210,66 €	0,00 €	0,00 €
	Alienações - Valor de aquisição	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-35 625,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Activos classificados como detidos p/ venda	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Depreciações do período	0,00 €	-267,28 €	-6 452,23 €	-11 250,00 €	-6 437,64 €	-164,36 €	-25 882,43 €
	Alienações - Depreciações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Revalorizações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fim do período	Valor bruto escriturado	0,00 €	12 829,32 €	12 192,06 €	22 500,00 €	10 129,48 €	328,71 €	68 260,67 €
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	0,00 €	-534,56 €	-47 535,48 €	-34 375,00 €	-39 407,16 €	-8 621,54 €	-190 563,65 €

Os ativos fixos tangíveis e ativos fixos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 4 acima.

8. Locações:

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa não detinha qualquer bem em locação financeira.

9. Custos dos empréstimos obtidos:

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa não detinha qualquer empréstimo obtido.

10. Propriedades de investimento:

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa não detinha qualquer propriedade de investimento.

11. Inventários:

Em 31 de Dezembro de 2020 não temos variações nem custos a registar em inventários.

12. Rédito:

As prestações de serviços, apenas são registadas em mercado nacional e para uma única seguradora, sendo que esta sociedade é agente exclusivo.

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.
As prestações de serviços incluem comissões de mediação de seguros, over e rappel pelo cumprimento de objetivos.
As comissões resultam sobretudo da mediação de seguros não vida (automóvel, saúde, acidentes pessoais, Multirriscos e Acidentes de Trabalho) e da mediação de seguros vida.

		2020	2019
Mercado Nacional	*Ramo Não Vida*	516 368,47 €	469 701,06 €
	Ramo Vida	20 551,60 €	18 225,87 €
	Over	343 819,54 €	278 548,50 €
	Rappel Não Vida	135 245,01 €	125 988,34 €
	Rappel Vida	24 344,10 €	22 677,90 €
Mercado Comunitário:		0,00 €	0,00 €
Outros Mercados		0,00 €	0,00 €
Total		**1 040 328,72 €**	**915 141,67 €**

Os subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos, apenas se registam também no mercado nacional e subdividem-se em:

	2020	2019
Mercado Nacional:		
Subsídios à exploração	2 102,71€	3 476,24€
Desc. Pronto pag.	198,56€	486,24€
Alienações	45 875,00€	27 812,50€
Custo excr. anterior	22 881,45€	12 368,45€
Restituição impostos	0,00€	0,00€
Outros	0,00€	16 742,23€
Mercado Comunitário:	0,00€	0,00€
Outros Mercados	0,00€	0,00€
Total	71 057.72€	60 885,66€

13. Acontecimentos após a data do balanço

Como é do conhecimento geral, o Coronavírus 2019-nCoV (atualmente designado SARS-CoV-2), detetado inicialmente no final de 2019, em doentes relacionados com um mercado de peixe na cidade de Wuhan (Província de Hubei, China), transformou-se numa ameaça global, sendo declarado, no início de 2020, pela OMS, como pandemia. O combate a este vírus, causador da doença, denominada COVID-19 (Coronavirus Infectious Disease 2019), tem passado por políticas de confinamento social severas, tendo vários países, incluindo Portugal, declarado o estado de emergência. Esta instabilidade e volatilidade tem afetado também esta empresa, sendo imprevisível os seus reflexos contabilísticos e fiscais ao longo dos exercícios económicos.

Como referido anteriormente, não é possível antever um término para a pandemia, nem qual a sua evolução à escala mundial.
Apesar de todos os esforços é provável que a pandemia continue a ter repercussões sobre a atividade da sociedade durante o ano de 2021, não sendo mensurável, nem previsível o seu impacto.

A sociedade tem adotado medidas de combate à pandemia, implementando uma política que minimiza o impacto financeiro na empresa.

14. Impostos sobre o rendimento:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2018
Imposto corrente	47 007,15 €	23 460,62 €
Ajustamentos em impostos correntes exercícios anteriores	0,00 €	0,00 €
Imposto diferidos	0,00 €	0,00 €
Total	47 007,15 €	23 460,62 €

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Resultado antes de Impostos	228 612,68 €	91 127,66 €
Acréscimos à matéria coletável	29 308,90 €	14 484,14 €
Deduções à matéria coletável	69 336,45 €	0,00 €
Lucro/Prejuízo Fiscal	188 585,13 €	105 611,80 €
Dedução de Prejuízos Fiscais	0,00 €	0,00 €
Matéria Coletável	188 585,13 €	105 611,80 €
IRC liquidado	28 365,24 €	9 243,58 €
Derrama	2 828,78 €	1 584,18 €
Tributação Autónoma	540,42 €	297,96 €
Estimativa imposto corrente do exercício	47 007,15 €	23 460,62 €
Imposto diferido	0,00 €	0,00 €
Ajustamentos estimativas ex. anteriores	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o Rendimento	47 007,15 €	23 460,62 €
Taxa média	25%	22%

A taxa de IRC aplicada no exercício de 2020 foi de 17%, até ao limite de matéria coletável de 25.000€, e 21%, sobre a matéria coletável acima de 25.000€, de acordo com o art.87, nº1 do Código do IRC.
Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o saldo da conta Estado e outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

	2020	**2019**
IRC	-28 650,15 €	-7 975,46 €
Retenções IR	-5 057,13 €	-4 184,67 €
IVA	0,00 €	0,00 €
Segurança Social	-3 953,06 €	-3 904,41 €
Outros impostos	-32,09 €	-107,45 €
Total	-37 692,43 €	-16 171,99 €

15. Instrumentos financeiros:

15.1. Clientes:

Não existe qualquer imparidade constituída, sendo que a conta clientes apresenta um saldo de clientes de curto prazo.
No que concerne ao ano 2020, temos 74 500,00€ registados em clientes.

15.2. Diferimentos

Esta rúbrica do balanço tem origem no:

-registo de seguros pagos no exercício de 2020, cujo gasto será reconhecido apenas no exercício seguinte de 2021, o valor de 455,98€;

15.3. Instrumentos de Capital Próprio

O capital social de 20 000€ está representado por duas quotas, uma no valor nominal de 19 000,00€ e outra no valor de 1 000,00€.
Os Movimentos ocorridos nas rubricas do Capital Próprio foram os seguintes:

Capital Próprio	Capital realizado	Outros Ins. Capital Próprio	Reservas legais	Excedentes Revaloriz.	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo Inicial a 01-01-2020	20 000,00 €	0,00 €	9 310,90 €	0,00 €	122 305,53 €	67 667,04 €	219 283,47 €
Aumentos			0,00 €		67 667,04 €	181 605,53 €	249 272,57 €
Diminuições						67 667,04 €	67 667,04 €
Desreconhec. e Remensur.							
Saldo final a 31-12-2020	20 000,00 €	0,00 €	9 310,90 €	0,00 €	189 972,57 €	181 605,53 €	400 889,00 €

15.4. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

Financiamentos	2020			
	inferior 1 ano	entre 1 e 5 anos	superior 5 anos	total
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos	244,05 €	0,00 €	0,00 €	244,05 €
Outros - suprimentos	320,19 €	0,00 €	0,00 €	320,19 €
Total	564,24 €	0,00 €	0,00 €	564,24 €

Financiamentos	2019			
	inferior 1 ano	entre 1 e 5 anos	superior 5 anos	total
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros - suprimentos	19 569,82 €	0,00 €	0,00 €	19 569,82 €
Total	19 569,82 €	0,00 €	0,00 €	19 569,82 €

Os gastos associados aos financiamentos, em 2020 e 2019, foram os seguintes:

Gastos de Financiamentos	2020			2019		
	Outros gastos	Juros	Total gasto	Outros gastos	Juros	Total gasto
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros - suprimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	352,70 €	352,70 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	352,70 €	352,70 €

15.5. Fornecedores:

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o saldo de fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

	2020	2019
Menos de 90 dias	90 051,52 €	171 399,08 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
Mais de 180 dias	0,00 €	0,00 €
Total	90 051,52 €	171 399,08 €

15.6. Outras contas a pagar:

A conta de outras contas a pagar inclui, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 as seguintes rubricas e valores:

	2020	2019
Fornecedores de Investimentos	**0,00 €**	**0,00 €**
Outros passivos correntes:	**77 387,11 €**	**74 559,23 €**
Outros Credores por acréscimos gastos	*77 387,11 €*	*74 559,23 €*
Outros credores adiantam/ vnd	*0,00 €*	*0,00 €*
Outros credores diversos	*0,00 €*	*0,00 €*

16. Gastos com pessoal:

A empresa dispões de trabalhadores remunerados, sendo que a gerência também é remunerada e como tal a contabilidade reflete o valor das remunerações, encargos com essas mesmas remunerações e outros.

N.º médio de empregadas e à data de 31 de Dezembro:

	2020	2019
N.º Funcionários	**13**	**11**

	2020	2019
Remunerações Orgaos Sociais	43 241,33 €	36 911,20 €
Remunerações do pessoal	183 307,05 €	181 260,82 €
Indemnizações	6 872,19 €	
Encargos sobre remunerações	33 671,04 €	40 295,83 €
Seguro Ac. Trabalho	2 737,81 €	2 105,97 €
Outros Gastos com pessoal	3 409,98 €	12 769,55 €
TOTAL GERAL	**273 239,40 €**	**273 343,37 €**

17. Fornecimentos e Serviços Externos:

O saldo da conta de fornecimentos e serviços externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Trabalhos especializados	431 158,75 €	392 681,15 €
Materiais	1 999,63 €	2 365,10 €
Energia e Fluidos	5 291,00 €	9 640,46 €
Deslocações e Estadas	2 376,44 €	2 465,60 €
Serviços diversos	109 512,80 €	138 524,28 €
TOTAL GERAL	550 338,62 €	545 676,59 €

18. Outros Gastos e Perdas

	2020	2019
Impostos:	720,45 €	492,16 €
Outros:	7 871,40 €	2 787,52 €
Gastos e Perdas de Financiamento	149,95 €	352,70 €
TOTAL GERAL	8 741,80 €	3 632,38 €

19. Divulgações exigidas por diplomas legais:

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas á Segurança Social:
A sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.
A sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária.

20. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram disponibilizadas a 28 de Abril de 2021 e aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 28 de Abril de 2021.

28 de Abril de 2021

A Gerência

O Contabilista Certificado,

Liliana Fonte